

Imaginários brutais: discurso de ódio, representação e necropolítica

Brutal imaginaries: hate speech, representation, and necropolitic

Diego de Souza Cotta¹

Resumo: Este artigo analisa imagens recentes que explicitam a brutalidade do racismo contemporâneo em contextos marcados pela mediatização da cultura e da sociedade, a partir de um olhar opositor (hooks, 2019) e de aportes teóricos de Mbembe (2018; 2020), Butler (2020; 2021), Collins (2019), dentre outros. O estudo examina dois enunciados imagéticos de ampla circulação: um vídeo produzido por inteligência artificial que retrata Barack e Michelle Obama como macacos, divulgado por Donald Trump na plataforma Truth, e uma fotografia de corpos estendidos no chão pela própria comunidade dos Complexos da Penha e do Alemão após a maior chacina policial brasileira. A partir do campo da cultura e da representação, argumenta-se que tais imagens atualizam narrativas supremacistas e discursos de ódio, operando como dispositivos produtores de violência e mantenedores da fixidez estrutural do racismo. Conclui-se que essas visualidades integram o dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023) que sustenta a hegemonia da branquitude, reafirmando a centralidade das disputas por imaginários na compreensão dos racismos contemporâneos.

Palavras-chave: Mídia; Discurso de ódio; Racismo; Imaginário; Representação.

Abstract: This article analyzes recent images that make explicit the brutality of contemporary racism in contexts marked by the mediatization of culture and society, drawing on an oppositional gaze (hooks, 2019) and theoretical contributions from Mbembe (2018; 2020), Butler (2020; 2021), Collins (2019), among others. The study examines two widely circulated visual statements: an AI-generated video portraying Barack and Michelle Obama as monkeys, shared by Donald Trump on the Truth platform, and a photograph of bodies lying on the ground, arranged by residents of the Penha and Alemão Complexes communities after the deadliest police massacre in Brazilian history. From the field of culture and representation, the article argues that such images update supremacist narratives and hate speech, operating as devices that produce violence and sustain the structural fixity of racism. It concludes that these visualities are part of the dispositif of raciality (Carneiro, 2023) that upholds the hegemony of whiteness, reaffirming the centrality of struggles over imaginaries in understanding contemporary racism.

Keywords: Media; Hate speech; Racism; Imaginary; Representation.

Introdução

“Por que as mortes das pessoas negras não causam uma crise ética?”, questiona a filósofa Denise Ferreira da Silva (2016) em apresentação² na Casa do Povo (SP). A pergunta segue dilacerando e perturbando parte da população brasileira que não se conforma com as seguidas chacinas praticadas por autoridades governamentais, que instrumentalizam suas polícias para a execução de necropolíticas (Mbembe, 2018) com fins eleitoreiros, especialmente no estado do Rio de Janeiro, como se a pena de morte fosse legalizada no Brasil.

Apesar de na última publicação do Atlas da Violência o país registrar, em 2023, 35.213 homicídios de pessoas pretas e pardas, isto é, uma diminuição com pequena variação de -0,9%

¹ Doutor em Mídia e Cotidiano pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil. E-mail: diegocotta@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5388-1652>

² Assistir em: <https://www.youtube.com/watch?v=T_QBEPK7too>. Acesso em: 18 fev. 2026.

nos números absolutos em relação a 2022, essa população é mantida em um cenário de violência desproporcional, fixando a seletividade estatal em operações mortíferas nas favelas e mantendo “uma estrutura racializada da violência, que se expressa de maneira diferenciada nos territórios e resiste mesmo em contextos de avanços legislativos e institucionais no campo das políticas públicas” (Cerqueira; Bueno, 2025, p. 85).

Logo depois da publicação desses dados, em 28 de outubro de 2025, uma megaoperação da Polícia Militar do RJ, intitulada “Contenção”, bateu um novo recorde de violência letal nos Complexos da Penha e do Alemão, parando a cidade do Rio e chocando o mundo com imagens brutais em tempo real, seis meses depois de ter sido encerrado o julgamento da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 635, conhecida como “ADPF das Favelas”³. Ajuizada em razão da elevada letalidade policial no estado, essa ação culminou em inflexão decisória na qual o Supremo Tribunal Federal declarou inexistir um “estado inconstitucional” na segurança pública fluminense e determinou a elaboração de um plano de “recuperação de territórios”, medida criticada por movimentos sociais por potencialmente reforçar a lógica da guerra às drogas e da ocupação militarizada das comunidades⁴.

Foram mais de 120 pessoas mortas no confronto, atualizando o *ranking* fúnebre das chacinas brasileiras, que mantinha a do Jacarezinho, ocorrida em maio de 2021, em primeiro lugar, com 28 óbitos; ambas foram autorizadas pelo ex-governador Cláudio Castro (PL). Em números, foram contabilizados 32 blindados, dois helicópteros, drones e cerca de 2.500 agentes, em uma ação maior do que qualquer episódio de violência policial registrado durante a ditadura militar no Brasil, que durou 21 anos.

O Rio de Janeiro, especialmente seus espaços favelizados, vem sendo palco de inúmeras operações policiais que instauram um cotidiano militarizado, constituído por imaginários de morte que se fixam nas subjetividades da população, cimentando em suas vidas o medo, o terror e a brutalidade praticada contra pessoas negras, já que “como não é mais possível negar, raça e pobreza são sinônimas no Brasil” (Carneiro, 2011, p. 60). Além de sobreviver sobressaltada entre balas e cadáveres, a população acompanha a barbárie televisionada também pelas redes sociais digitais, que viralizam uma série de imagens aterrorizantes e midiaticizadas dessa

³ Saiba mais em: <<https://apublica.org/2025/10/rj-tem-operacao-mais-letal-de-sua-historia-seis-meses-apos-reviravolta-na-adpf-das-favelas/>>. Acesso em: 22 fev. 2026.

⁴ A Organização das Nações Unidas e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos já advertiu o Brasil e o RJ sobre o caráter racista e discriminatório da política de “guerra às drogas”. O estado fluminense já possui duas condenações na Corte Interamericana de Direitos Humanos — pelas chacinas de Acari (1990) e Nova Brasília (1994 e 1995).

violência mortal, pondo em telas ações que impossibilitam cidadãos e cidadãs de experienciarem uma vida onde o imaginário brutal e sua iminência de morte não sejam presenças constantes (Souza, 2017).

Como vimos investigando, a partir de performatividades de políticos brasileiros, os discursos de ódio são responsáveis pela materialização da violência, especialmente quando propalados pelo Estado (Cotta, 2025). Há um perigo iminente quando ele se outorga a missão de delinear os limites do dizível e do indizível, o que nos confere pistas para compreender sua responsabilidade no cotidiano mortífero em que milhares de pessoas, especialmente pretas e pardas que habitam territórios favelizados, estão imersas. A repetição e midiaticização dos discursos de ódio vão dando liga a um cotidiano cada vez mais estruturado sob as vigas de “atos de fala” por demais violentos, que acabam propiciando arenas discursivas permissivas ao tombamento de corpos racializados e às suas mais variadas intersecções, já que operam no ideário da subalternidade, da brutalidade e do extermínio de quem foge à norma. Nas palavras de Renata Souza (2017, p. 137), “o discurso hegemônico sobre a favela, angariado pelo discurso midiático, a delimita como um espaço dominado pelo tráfico de drogas, pela violência e falta de condições humanas de sobrevivência”.

Um dos expoentes desse discurso é o antecessor de Cláudio Castro, o ex-governador Wilson Witzel (DC), que sofreu processo de *impeachment* por crime de responsabilidade na gestão de contratos na área da Saúde durante a pandemia. Ele concedeu uma entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo em que autorizava as polícias sob sua gestão a “abater” quem portasse fuzis⁵. O também ex-juiz federal, neste mesmo veículo de comunicação, disse: “O correto é matar o bandido que está de fuzil. A polícia vai fazer o correto: vai mirar na cabecinha e... fogo! Para não ter erro”, em uma espantosa quebra de decoro que o alto cargo que ocupava exige.

A afirmação do ex-governador nos faz crer que já não há mais limites neste cenário de guerra civil em que se encontra a população fluminense, especialmente a que habita espaços favelizados. Witzel, com seu discurso bélico e mortífero, escancara o desprezo pela vida e reafirma sua autoridade sobre a morte, tornando-se um exemplo de que “a violência até então mais ou menos velada das democracias volta à tona, desenhando um círculo mortífero que envolve a imaginação e do qual é cada vez mais difícil escapar” (Mbembe, 2020, p. 19). Em sua fala e linguagem performáticas, percebemos a materialização do poder que decide quem

⁵ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/11/01/a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo-afirma-wilson-witzel.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2026.

vive e quem morre, pondo-nos diante de outra pergunta: “o que seria necessário não somente para apreender o caráter precário das vidas perdidas na guerra, mas também para fazer com que essa apreensão coincida com uma oposição ética e política às perdas que a guerra acarreta?” (Butler, 2020, p. 29). Ainda que Judith Butler se refira a guerras internacionais e a seus enquadramentos, enxergamos conexão entre seu questionamento ético e o de Denise Ferreira da Silva (2016), já que as filósofas vislumbram uma reação de maior impacto frente ao genocídio em curso contra populações tidas como “inimigas” do ordenamento social hegemônico.

Este artigo busca refletir sobre tais questões, a partir de um olharpositor (hooks, 2019a), com foco na discussão de recentes imagens que representam a brutalidade do racismo contemporâneo, especialmente quando em conformidade com a midiaticização da cultura e da sociedade. Destacamos dois enunciados imagéticos que circularam o mundo: o primeiro é um vídeo produzido por inteligência artificial (IA) de Barack e Michele Obama, ex-presidente e primeira-dama norte-americanos, retratados como macacos na publicação do atual presidente dos EUA Donald Trump no Truth⁶, em 5 de fevereiro de 2026; e o segundo, uma fotografia de corpos estendidos no chão de uma praça pela própria comunidade dos Complexos da Penha e do Alemão, um dia após a chacina perpetrada por agentes do Estado, em 29 de outubro de 2025. Com o debate, no campo da cultura e da representação, o trabalho pretende ratificar as narrativas supremacistas que abarcam discursos de ódio (Butler, 2021) como produtoras diretas de violência e salvaguardas da fixidez estrutural do racismo, pois constituem elementos relevantes do dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023) que assegura a hegemonia da branquitude. Além disso, explicita contra-ataques discursivos, realizados em sua maioria por mulheres negras, que, mesmo enlutadas, reivindicam o não esquecimento e a justiça pela dignidade de seus filhos, netos e sobrinhos.

Humanidade destituída: animalização, discurso e espetacularização do “Outro”

No dia 3 de abril de 2017, em palestra⁷ realizada no Clube Hebraica Rio (RJ), ao criticar os processos de demarcação de terras indígenas e dos quilombos, o então deputado federal Jair Bolsonaro (PL), em clima de pré-candidatura presidencial, lembrou sua passagem por um quilombo em Eldorado Paulista (SP). Sem pudor ou constrangimento pelo discurso de ódio

⁶ A Truth Social é uma plataforma de mídia social semelhante ao Twitter criada pelo Trump Media & Technology Group (TMTG), pertencente a Donald Trump.

⁷ Assistir em: <<https://www.youtube.com/watch?v=lcXJNGhUQy8>>. Acesso em: 19 fev. 2026.

propalado, ele afirmou que “o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais. (...) Se eu chegar lá [na presidência], não vai ter dinheiro para ONG. Esses vagabundos vão ter que trabalhar”.

Essa fala explicita a escória dos enunciados racistas brasileiros, pois escancara a abjeção imputada a pessoas negras pelo bolsonarismo. Em seu discurso de ódio, protegido pela imunidade parlamentar, Jair Bolsonaro não apenas reatualiza enquadramentos mentais sobre pretos e pardos, fixando ainda mais o caráter racista de seus mandatos na Câmara dos Deputados e, posteriormente, de seu governo presidencial, mas também agencia enunciados reificadores, reproduzidos ao longo do tempo, cimentando ideologias colonizadoras em suas aparições públicas, que viralizaram nas redes delineando sua imagem de “mito”. Uma prática, ou melhor, tática também reverberada pelo presidente dos EUA, Donald Trump (Republicano), ao longo de suas campanhas eleitorais e, mais recentemente, em seu segundo mandato presidencial, como ilustra a Figura 1.

Figura 1 – Barack e Michele Obama retratados como macacos na publicação de Donald Trump.



Fonte: Reprodução do Truth (2026).

Na imagem⁸, vemos uma montagem realizada por IA de Barack e Michele Obama, históricos opositores de Donald Trump, retratados como gorilas em uma selva compartilhada pelo perfil oficial dele no Truth. Ainda que na sequência da postagem, após 12h viralizando na rede, o conteúdo tenha sido apagado e a culpa imputada em um funcionário do governo, a secretária de imprensa da Casa Branca, Karoline Leavitt, classificou como "indignação falsa" a

⁸ A gravação tem cerca de um minuto e traz uma teoria da conspiração sobre as eleições. Ao final, os rostos do casal Obama aparecem sobrepostos aos corpos de macacos por cerca de um segundo. A canção *The Lion Sleeps Tonight* toca ao fundo quando o casal Obama e Michelle aparecem. A publicação havia recebido milhares de curtidas na rede social do presidente dos EUA, antes de ser apagada.

repercussão⁹, destacando que era um vídeo viral da internet que “retrata o presidente Trump como o rei da Selva e os democratas como personagens do Rei Leão. Por favor, parem com essa falsa indignação e noticiem hoje algo que realmente importe para o público americano”.

A “falsa indignação” está atrelada à tentativa da porta-voz do governo trumpista de pormenorizar, a partir da “ludicidade” da peça, o escandaloso ato racista praticado por um presidente da República, que, indubitavelmente, abre precedentes e estimula práticas similares. Entretanto, o que vemos, em termos discursivos, é uma tréplica enfraquecida diante da reação da opinião pública mundial, incrédula com a quebra de decoro presidencial, que lançou mão de uma tática política brutal e criminosa de ataque ao casal Obama e ao que representam para a luta antirracista. Shakuntala Banaji (2019, p. 40) nos relembra que “a persistência das representações raciais deturpadas e dos estereótipos orientalistas apresenta um efeito de legitimação para práticas sociopolíticas de discriminação racial, desigualdade geopolítica racializada e intervenções militares violentas”.

Agora, se mergulharmos em outras nuances dessa imagem, veremos que a animalização de Michele e Barack Obama segue práticas seculares de destituição da humanidade de pessoas negras, como bem descreveu Frantz Fanon (2008) em suas obras sobre os processos de colonização francesa, especialmente no que se refere aos impactos nas subjetividades dos africanos subalternizados. Trata-se de uma ideologia supremacista que outorga às pessoas brancas o direito à História, já que dentre as mais variadas expressões do racismo está a anulação da pessoa negra como sujeito. Ao colar o primitivismo na figura do casal Obama, Donald Trump rememora discursos subalternizantes de tempos coloniais, visando naturalizar ainda mais a redução de pessoas negras à animalidade. Neusa Santos Souza (1983) nos lembra que animalizar pessoas negras é

uma das falas míticas mais significativas de uma visão que o reduz e cristaliza à uma instância biológica. Esta representação exclui a entrada do negro na cadeia dos significantes, único lugar de onde é possível compartilhar do mundo simbólico e passar da biologia à história (Souza, 1983, p. 28).

Quando a imagem ainda é animada com “macaquices”, isto é, mostrando os Obama dançando como primatas em um cenário de selva midiaticizada, ela é imbuída de uma comicidade que opera no nível do escárnio, conferindo tons zombeteiros que impõem o fechamento narrativo da humilhação. Muniz Sodré e Raquel Paiva (2002), ao analisarem programas

⁹ Leia mais em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/funcionario-publicou-video-racista-em-perfil-de-trump-por-engano-diz-fonte/>>. Acesso em: 19 fev. 2026.

populares de TV aberta, evidenciaram a difusão do “grotesco chocante: o desdentado, o disforme, o humilhado, o ofendido e outros foram os tipos representativos do povo nos programas campeões de audiências” (p. 128). É oportuno o diálogo de suas perspectivas de outrora com o conceito de “racismo recreativo” (Moreira, 2019), um sistema de dominação social que reproduz privilégios e sedimenta a respeitabilidade exclusiva de pessoas brancas.

O humor racista não pretende apenas fornecer gratificação psicológica para pessoas brancas, ele também almeja garantir a preservação de uma estrutura social baseada no privilégio racial, o que requer a constante circulação de estigmas sobre negros. Estigmas raciais não ocorrem apenas porque brancos querem desprezar minorias raciais: esse é um requisito essencial para a manutenção das várias formas de privilégio associadas ao pertencimento ao grupo racial dominante. A degradação moral de grupos subordinados acarreta a perda de oportunidades materiais, oportunidades que são direcionadas às pessoas brancas. Assim, o humor racista cumpre um papel central na manutenção da estratificação social, uma vez que opera como meio de sua legitimação (Moreira, 2019, p. 58).

No caso, a descredibilização do casal Obama, destituído de humanidade a partir do “humor”, é mais uma tática político-discursiva de consolidação do poder hegemônico branco, que replica e reatualiza narrativas supremacistas, essenciais à sustentação de sistemas coloniais passados, que, como vemos, ainda perduram nos imaginários contemporâneos, mesmo após a abolição da escravidão, isto é, uma manutenção de uma forma social escravista (Sodré, 2023). Tais narrativas, envelopadas com uma linguagem estética-midiática de nossos tempos, memetizadas, céleres e aparentemente lúdicas, produzem sentidos rapidamente cooptados e escalonáveis pelo capitalismo das *Big Techs*, servindo à consolidação do racismo algorítmico (Silva, 2022) e da branquitude algorítmica (Carrera, 2024). Esses sentidos impulsionados pelas novas tecnologias, orquestradas pela branquitude, vão dando a liga do dispositivo de racialidade descrito por Sueli Carneiro (2023), especialmente quando adaptado aos circuitos, mídias e suas formas de operacionalização neste século no qual a dataficação da vida é uma constante.

Assim, o humor virótico, “engraçado” e hostil configura-se como estratégia cotidiana mobilizada pela branquitude para expressar desprezo por pessoas negras e reafirmar posições de privilégio, também sendo compreendido à luz da noção de um “nanorracismo divertido e desenfreado, completamente idiota, que tem prazer em chafurdar na ignorância e reivindica o direito à estupidez e à violência nela fundada – é esse, pois, o espírito dos nossos tempos” (Mbembe, 2020, p. 105).

Sendo assim, pode-se compreender que o campo da cultura, suas expressões e manifestações, hoje extremamente midiaticizadas, é um espaço relevante para lutas pelo poder,

já que o processo de produção de sentidos e, por conseguinte, de construção de sentidos comuns, que destitui a humanidade de corpos racializados, por exemplo, está ligado à institucionalização de discursos, pois molda imaginários, silencia saberes, normatiza formas de agir e enquadra representações. A reprodução virótica de narrativas supremacistas e subalternizantes em tempos midiáticos sedimenta a banalização do racismo cotidiano, colaborando para sua conformidade entorpecida, sem crise ética e mantenedora da dominação da branquitude, já que “culturas estáveis exigem que as coisas não saiam de seus lugares designados. [...] O que desestabiliza a cultura é ‘matéria fora do lugar’ – a quebra de nossas regras e códigos não escritos” (Hall, 2016, p. 157).

A imagem que estampa Barack e Michele Obama como primatas, viralizada pela Internet e circulada por dispositivos mundo afora, vai além de uma desavença política, uma brincadeira de negação ao “politicamente correto” ou um crime praticado contra eles, em suas individualidades cidadãos. O discurso de ódio, envernizado de “humor” que abarca essa montagem de IA, foi um posicionamento político-ideológico de reafirmação supremacista, pois os inferioriza e os destitui de humanidade, rememorando práticas subalternizantes que visam garantir a hegemonia da branquitude, a partir da representação e de sua manipulação.

Imagens de controle: representação, extermínio e vidas enlutadas

A segunda imagem que constitui o corpus deste trabalho é uma fotografia da agência de notícias Reuters, que estampou manchetes jornalísticas mundo afora sobre as consequências da megaoperação “Contenção” da Polícia Militar do RJ, ocorrida em outubro de 2025. Na manhã seguinte à maior chacina da história do Brasil, os cadáveres encontrados na Serra da Misericórdia, palco principal da matança, continham marcas de tiros e cortes de arma branca, demonstrando a brutalidade dos agentes policiais. Os mais de 120 corpos foram enfileirados no chão da Praça de São Lucas pela própria comunidade dos Complexos da Penha e do Alemão, revelando uma das imagens mais chocantes da guerra civil instaurada no Rio de Janeiro (Figura 2).

Figura 2 – Corpos estirados no chão da Praça São Lucas após a operação “Contenção” da PM/RJ



Fonte: Reuters (2026)

Ainda que a militarização do cotidiano fluminense, com seus tiroteios, blindados e imaginários brutais, construídos a partir de uma realidade fúnebre, esteja se banalizando devido aos sucessivos episódios de violência no estado, a imagem emoldurada da chacina dos Complexos da Penha e do Alemão vocifera outros enunciados e demonstra que as narrativas de guerra às drogas e da política de segurança do RJ ainda estão em disputa. No mesmo dia em que o governador participou de uma coletiva de imprensa¹⁰, onde concluiu que a megaoperação “Contenção” tinha sido “um sucesso”, a comunidade favelada revelou ao mundo a verdadeira contagem dos corpos exterminados, ainda subnotificada pelo governo naquele momento.

Analisemos a ambiguidade da Figura 2, que pode ser compreendida a partir de diferentes perspectivas. Primeiramente, seu enquadramento fotojornalístico já opera um olhar de cima, vertical, tecnologizado por um drone e ávido por capturar a brutalidade daquele acontecimento, que, em primeira mirada, reproduz imagens de controle de corpos racializados já conhecidas e banalizadas pela audiência. Patricia Hill Collins (2019), ao teorizar sobre as representações de mulheres negras e suas estereótipas repetidas que garantem a dominação de seus corpos, nos lembra que as imagens de controle naturalizam desigualdades raciais, de gênero e de classe, justificando a exploração pela violência ao normatizarem práticas sociais e construir imaginários excludentes e brutais. Não se trata apenas de estereótipos, mas também de estruturas simbólicas articuladas ao racismo, ao sexismo e ao capitalismo, operando como mecanismos de legitimação de sistemas de opressão interseccionalizados. Ou seja, espera-se e naturaliza-se que corpos negros estejam em condição de extrema violência, como nos filmes,

¹⁰ Assistir em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/operacao-no-rio-de-janeiro-foi-um-sucesso-diz-claudio-castro/>>. Acesso em: 22 fev. 2026.

nas novelas, nas séries e nos produtos da indústria cultural, mas também no *hard news*, no factual e na realidade chocante narrada pelo jornalismo contemporâneo.

Contudo, a ambiguidade da imagem, para além de ratificar posições de subalternidade e violência dirigidas a corpos negros, pressupõe outros caminhos de enunciação, já que “no duplo, a fotografia coloca-se diante de si mesma. Faz a invocação de seus poderes, mas os resultados são incertos” (Lissofsky, 2012, p. 7). A Figura 2 não existiria sem a participação da própria comunidade dos Complexos da Penha e do Alemão, que procurou pelos seus jovens ainda na madrugada e decidiu expô-los mortificados em praça pública, em uma nítida denúncia à opacidade do discurso estatal, que se ocupava na construção da narrativa de sucesso da chacina na mídia, mas sem completa adesão da opinião pública, que se encontrava em choque ao assistir ao vivo os corpos sendo encontrados na Serra da Misericórdia e sendo enfileirados no meio da rua. Um contragolpe que se valeu dos próprios meios midiáticos, que geralmente garantem imagens de controle, para chacoalhar a letargia social diante da violência estatal.

Judith Butler (2020), quando escreveu sobre guerras e precariedade da vida, sugeriu que os “enquadramentos” não servem apenas como molduras e destaques do que se quer ver, mas também para distinguir vidas que podemos apreender daquelas que não podemos, diferenciando sujeitos entre si e criando ontologia para suas categorias. O enquadramento da Figura 2, que serve a um jornalismo que espetaculariza a violência, contribui para reforçar as imagens de controle reproduzidas ao longo do tempo, como nas representações dos navios tumbeiros, pois dá suporte ao reconhecimento de que aquelas vidas não são passíveis de luto.

Os sujeitos são constituídos mediante normas que, quando repetidas, produzem e deslocam os termos por meio dos quais os sujeitos são reconhecidos. Essas condições normativas para a produção do sujeito produzem uma ontologia historicamente contingente, de modo que nossa própria capacidade de discernir e nomear o “ser” do sujeito depende de normas que facilitem esse reconhecimento (Butler, 2020, p. 17).

No entanto, a própria autora explica que essas normas de reconhecimento não são únicas e fixas, mas dependem de contextualizações mais gerais, articuladas e negociadas, que ela chama de “condição de ser reconhecido”. No caso da Figura 2, como defendemos, há mais do que a ratificação do lugar de precariedade de jovens negros favelizados, como as imagens de controle nos fazem pensar. Ali, há um gesto reativo à brutalidade estatal, feito pela própria comunidade dos Complexos da Penha e do Alemão, isto é, um contra-ataque midiático que fissa a continuidade do discurso positivo, espetacular e eleitoreiro de guerra às drogas, que teima em ancorar-se no Rio de Janeiro.

Se o reconhecimento caracteriza um ato, uma prática ou mesmo uma cena entre sujeitos, então a “condição de ser reconhecido” caracteriza as condições mais gerais que preparam ou modelam um sujeito para o reconhecimento — os termos, as convenções e as normas gerais “atuam” do seu próprio modo, moldando um ser vivo em um sujeito reconhecível, **embora não sem falibilidade ou, na verdade, resultados não previstos** (Butler, 2020, p. 19, grifo nosso).

Essa falha ou imprevisibilidade dos resultados dialoga diretamente com as “incertezas” de Lisovsky (2012), pois impulsionam o levante dos oprimidos. Elas também demonstram a ambiguidade que uma fotografia pode carregar. Paradoxalmente, a imagem que o governador não esperava encontrar no dia seguinte, mas que foi capitalizada pelo seu discurso exitoso, foi produzida e instrumentalizada, em meio à dor e à amargura, pela própria comunidade dos Complexos da Penha e do Alemão, que a subverteu em enunciado de vocalização do terror perpetrado por agentes estatais.

Ainda que o Governo do Estado do RJ se esmerasse em construir uma ideia de não reconhecimento daquelas vidas como passíveis de luto, como se houvesse pena de morte no Brasil, a comunidade favelada fazia o contrário: munida pela indignação e pelo desamparo, produziu um real ainda mais chocante do que as especulações circulantes, eternizando na História a exacerbação do terrorismo estatal fluminense. É oportuno trazer a reflexão de Mauricio Lisovsky quando afirma que

o desejo oculto de toda imagem que tem outra imagem dentro de si é libertar-se de sua materialidade. Assim, a pergunta sobre o duplo é sempre uma pergunta sobre a alma das imagens, pois mesmo as fotografias mais estáticas são animadas (Lisovsky, 2012, p. 14).

O principal duplo da Figura 2 refere-se exatamente à vida e à morte. A fotografia de cadáveres é “horrível”, escreve Roland Barthes (1989, p. 112), “porque certifica, por assim dizer, que o cadáver está vivo, enquanto cadáver”. Ainda que a visualidade que se impõe de corpos negros aniquilados seja a materialização do êxito estatal, outras formas de se olhar estão sendo construídas para produzir sentidos outros da realidade. Aqui, o conceito de contravisualidade de Nicholas Mirzoeff (2016) nos parece oportuno, pois “reivindica autonomia em relação à autoridade das visualidades, recusa-se a ser segregado, e espontaneamente inventa novas formas” (2016, p. 749). Para o autor, tal direito de nada tem a ver com as pautas referentes aos direitos humanos ou bandeiras de lutas identitárias, mas sim

com a resistência à autoridade das visualidades que sistematicamente costura sua interpretação do sensível para fins de dominação, primeiramente como lei e, seguidamente, como estética.

Enquanto a noção de autoridade mantém-se inalterada face à modernidade, eternamente derivando poder de sua habilidade para interpretar mensagens, na realidade, ela tem sido radicalmente transformada pela própria resistência que ela própria produziu. Este paradoxo tem gerado mudanças nos complexos de visualidade (Mirzoeff, 2016, p. 754).

Os mortos enfileirados no chão da praça, vistos de cima, capturados e enquadrados como imagem-síntese da chacina dos Complexos da Penha e do Alemão, não se deixarão esquecer. Estão vivos e presentes na memória e na continuidade da luta contra o extermínio da população negra brasileira, que resiste a duras penas ao projeto genocida do Estado, especialmente o fluminense, que destrói qualquer compromisso com a legalidade e os direitos humanos, substituindo a segurança pública calcada em direitos por megaoperações policiais. Sob a narrativa de guerra às drogas, instaura-se um estado de insegurança diuturno, contrário à população negra e pobre das favelas.

O Estado de segurança se alimenta de um estado de insegurança que ele próprio ajuda a fomentar e para o qual pretende ser a resposta. Se o estado de segurança é uma estrutura, o estado de insegurança é uma paixão, ou um afeto, uma condição, ou mesmo uma força de desejo. Em outras palavras, o estado de insegurança é o que faz funcionar o Estado de segurança, na medida em que este é, no fundo, uma estrutura responsável por investir, organizar e desviar as pulsões constitutivas da vida humana contemporânea (Mbembe, 2020, p. 93).

Cidinha da Silva (2019) chama a atenção para o fato de que esse Estado de insegurança não está restrito ao Rio de Janeiro e que a linguagem utilizada pelos seus chefes para persuadir a opinião pública da necessidade de políticas ostensivas segue alegorias lúdicas. Ela relembra as execuções sumárias de 12 meninos e homens negros pela polícia baiana com tiros na nuca, sendo um deles um adolescente de 15 anos e o mais velho, um jovem de 27, no bairro do Cabula, em Salvador¹¹. Mais uma vez, o discurso público do governador classificou a atuação policial como preventiva e exitosa, lançando mão de metáforas futebolísticas, ao correlacionar a matança com “gols de placa”, expressão elogiosa e que confere tom espetacular à ação. “Uma chacina não é só mais uma chacina, não deveria ser. Chacina praticada pelo braço armado do

¹¹ Saiba mais em: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/02/06/chacina-do-cabula-acao-da-pm-que-deixou-12-mortos-na-ba-segue-sem-solucao-apos-4-anos.ghtml>>. Acesso em: 23 fev. 2026.

Estado é a falência total da política de segurança pública e dos valores republicanos. Violação dos Direitos Humanos” (p. 131).

Por último, mas não menos importante, sobre a ambiguidade da Figura 2, e ainda na dicotomia vida e morte, mas com camada interseccional, temos a presença de homens pretos e pardos exterminados dividindo o espaço da rua com mulheres negras iniciando suas vidas enlutadas. “Mulheres choravam ajoelhadas, chamando pelos nomes dos filhos, irmãos e sobrinhos. Lágrimas de quem perdeu o chão”, escreve Rafael Costa para o Portal Voz das Comunidades¹², veículo comunitário que difunde matérias jornalísticas produzidas por moradores de dentro da favela. No Instituto Médico Legal, a Defensoria Pública montou uma base emergencial para ajudar famílias com documentos e liberação dos corpos, prática somente possível porque essas mulheres, em desespero, subiram a Serra da Misericórdia para garantir um enterro digno para seus entes familiares.

Sem medo, elas denunciaram a truculência policial durante a megaoperação “Contenção”, que executou homens já rendidos e obstaculizou visitas ao hospital Getúlio Vargas: “meu filho se entregou, saiu algemado. E arrancaram o braço dele no lugar da algaema”, disse Elieci Santana, mãe de Fábio Francisco Santana, que mandou mensagem dizendo que estava se entregando e compartilhando sua localização¹³. A declaração foi dada ao repórter da TV Brasil, Thiago Pimenta, e demonstra a coragem da denúncia de práticas criminosas dos agentes policiais, cuja obrigação de portarem câmeras em suas fardas parece não os desmotivar à execução, já que a impunidade segue sendo balizadora de situações como essa. Aqui, é possível encarar a atitude de Elieci e tantas outras que tiveram as vidas de seus filhos, netos, maridos e sobrinhos ceifadas, como uma postura pertencente ao arquétipo da “Ialodê”, cuja noção é explicada por Jurema Werneck (2007) como força política e mobilizadora de mulheres negras. Recorrer à figura da “Ialodê” é

dirigir um olhar específico para as mulheres negras - e suas ações, seus contextos diferenciados, suas trajetórias individuais e coletivas - e, entre estas, para aquelas capazes de romper com a “ordem de silêncio” e falar. Aquelas capazes de desenvolver estratégias culturais que busquem alargar os limites impostos às mulheres negras e à população negra como um todo. Estratégias essas que podem ser vistas como contrahegemônicas ou mais, como produtoras de novas hegemonias voltadas para

¹² Leia mais em: <<https://vozascomunidades.com.br/favelas/a-chacina-mais-letal-da-historia-do-brasil-complexo-da-penha-e-alemao-sao-alvo-de-megaoperacao-que-deixou-mais-de-120-mortos/>>. Acesso em: 22 fev. 2026.

¹³ Saiba mais em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-10/maes-de-mortos-questionam-operacao-no-rio-arrancaram-o-braco-dele>>. Acesso em: 22 fev. 2026.

atender às demandas das mulheres negras e mesmo de outras mulheres e homens (Werneck, 2007, p. 74).

Em suma, destacamos que os processos de revolta também se valerão da disputa narrativa, pois é no campo do simbólico que a violência ganha adeptos e se espalha ao longo do tempo, que se encarrega de esquecer e vangloriar sujeitos de acordo com os contextos sociais. Resistir, ainda que dentro dos limites do discurso, pode ser um caminho de mudança, ao fissurar argumentos débeis e odiosos daqueles que querem salvaguardar suas condições de privilégio e de poder, pois “todos os povos colonizados e subjugados que, por meio da resistência, criam uma subcultura de oposição na estrutura da dominação, reconhecem que o campo da representação (como nos vemos, como nos veem) é um local de luta permanente” (hooks, 2024, p. 8).

Considerações finais

A centralidade da cultura visual na contemporaneidade exige um olhar crítico, ou melhor, opositor, para usar os termos de bell hooks (2019a), sobre os processos que regulam a visibilidade e os impactos dessas representações na vida de grupos subalternizados, que também não deixam de aproveitar recursos de seu tempo para (re)criarem repertórios sobre si. A ideia de refletir sobre os porquês do genocídio da população negra não gerar uma crise ética está intrinsecamente ligada à concretude dos enunciados imagéticos, exemplificados nesse artigo a partir da representação do casal Obama como primatas e da fotografia do enfileiramento de corpos negros em praça pública após uma chacina no RJ. Ambas as imagens abarcam discursos supremacistas e reificadores de pessoas negras, mesmo em tempos pós-coloniais.

O dispositivo de racialidade, tão bem desenvolvido por Sueli Carneiro (2023) a partir de Michel Foucault, que engloba uma série de elementos heterogêneos, como discursos, instituições, leis, enunciados, imagens, ditos e não ditos, opera em favor da manutenção do poderio da branquitude no ordenamento político-econômico-social. Tudo meticulosamente alinhado para obstaculizar a ascensão da população negra e dificultar seu acesso a bens materiais e imateriais. Em uma sociedade midiaticizada e espetacularizada de nossos tempos, o racismo cotidiano ganha ainda mais robustez e celeridade, ajudando a concretizar suas vigas que o estruturam, baseadas na violência, na animalização, depreciação, descredibilização e extermínio da população negra, especialmente sua juventude. Tudo apoiado por regimes de visibilidade, que, apesar da diferenciação de suas formas de produção, como a inteligência

artificial ou a fotografia, operam para a construção de imaginários brutais, combustíveis para a fixação de uma forma social escravista, como a idealizada por Muniz Sodré (2023).

Algumas iniciativas contra-hegemônicas vêm sendo desenvolvidas para resistir a esse processo destuidor de humanidade, e a mídia, com suas brechas e oportunidades cotidianas, vem se constituindo como uma ambiência profícua para a resistência desses imaginários brutais, que sufocam a vida de pessoas negras há séculos no Brasil e no mundo. Lembrando que “a fim de que nossos esforços para acabar com a supremacia branca sejam verdadeiramente efetivos, o esforço individual para mudar a consciência deve estar vinculado, sobretudo, ao esforço coletivo de transformar as estruturas que reforçam e perpetuam a supremacia branca” (hooks, 2019b, p. 244). Seguimos atentas e atentos ao direito pelo olhar opositor.

Referências

BANAJI, Shakuntala. Racismo e orientalismo: o papel da mídia. Tradução: Mayra Bernardes e Lucianna Furtado. In: GUIMARÃES CORRÊA, L. (org). **Vozes negras em comunicação: mídias, racismo, resistências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BARTHES, Roland. **A Câmara clara**. Lisboa: Edições 70, 1989.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Tradução: Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio: uma política do performativo**. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARRERA, Fernanda. Algoritmos brancos: notas sobre a branquitude algorítmica e a inexistência do erro. In: GUIMARÃES CORRÊA, Laura... [et al.] (orgs). **Vozes negras em comunicação II: interseções, diálogos e caminhos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2024.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2025**. Brasília: Ipea; FBSP, 2025. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/17165>>. Acesso em: 18 fev. 2026.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Trad. de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

COTTA, Diego. Linguagens da violência: necropolítica, discursos de ódio e disputa simbólica. **Esferas**, v. 1, n. 33, 8 set. 2025. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/15632>>.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA DA SILVA, Denise. **O evento racial: uma proposição de Denise Ferreira da Silva**. São Paulo: Casa do Povo, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T_QBEPK7too>. Acesso em: 18 fev. 2026.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. São Paulo: Apicuri, 2016.

hooks, bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019a.

hooks, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019b.

hooks, bell. Em nossa glória: Fotografia e vida negra. Tradução de Rodrigo Lopes. **Academia.edu**, 2024. Disponível em: https://www.academia.edu/124643373/_Tradu%C3%A7%C3%A3o_Em_nossa_gl%C3%B3ria_Fotografia_e_vida_negra_bell_hooks_1995_. Acesso em: 22 fev. 2026.

hooks, bell. In our glory: Photography and Black Life. In: hooks, bell. Art on my mind: visual politics. The New Press: New York, 1995. p. 54-64.

LISSOVSKY, Mauricio. A Fotografia e seus Duplos: tão breve quanto possível! **Ícone**, v. 14, n.1, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/icone/article/view/230625/24641>. Acesso em: 19 fev. 2026.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. São Paulo: n-1 edições, 2020.

MIRZOEFF, Nicholas. O direito a olhar. **Revista ETD - Educação Temática Digital**, v.18, n.4, p. 745-768, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8646472/14496>. Acesso em: 14 abr. 2026.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

SILVA, Cidinha da. **#Parem de nos matar!** São Paulo: Pólen, 2019.

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais**. São Paulo: Edições SESC, 2022.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel. **O império do grotesco**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SOUZA, Renata. **O Comum e a Rua: resistência da juventude frente à militarização da vida na Maré**. 2017. Tese de Doutorado – Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Minerva UFRJ, 2017. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/30/teses/878753.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2026.

WERNECK, Jurema. **O Samba Segundo as Ialodês: mulheres negras e cultura midiática**. 2007. Tese de Doutorado – Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Minerva UFRJ, 2017. Disponível em: https://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses_dissertacoes_interna.php?tease=10. Acesso em: 23 fev. 2026.

Recebido em: 14/04/2026

Aceito em: 13/06/2026